

HABEAS CORPUS Nº 542.726 - RJ (2019/0324852-0)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(**DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE**)
IMPETRANTE : RODRIGO FONTOURA ASSEF E OUTROS
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS FILHO -
RJ159751
RODRIGO FONTOURA ASSEF - RJ177757
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : F DOS A P
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** com pedido de liminar impetrado em favor de F DOS A P, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, no julgamento da Apelação n. 007131-92.2017.8.19.0206.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de catorze anos de reclusão, em regime inicial fechado, em razão da prática dos crimes previstos no art. 217-A c/c art. 226, II, na forma do Art. 71, todos do Código Penal, do Código Penal, sendo-lhe concedido o direito de recorrer em liberdade.

Sustenta o impetrante a ilegalidade do v. acórdão impugnado quanto à determinação da imediata execução provisória da reprimenda privativa de liberdade pelo sentenciado antes do trânsito em julgado da condenação.

Requer a concessão da liminar para que seja determinada a suspensão da execução provisória da pena, garantindo-se ao paciente o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da sentença condenatória.

É o relatório.

Informações prestadas às fls. 150-152 e fls. 169-176.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 144-147 pelo não conhecimento do **writ**, em parecer assim ementado:

Superior Tribunal de Justiça

"PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. DESCABIMENTO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL (FILHA). EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PRISÃO PARA INÍCIO DE EXECUÇÃO PENAL DITA PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE HAJA VISTA AINDA NÃO TER SIDO PUBLICADO RECENTE ARESTO DE JULGAMENTO REALIZADO EM 07/11/2019 NO STF, REVENDO ESCORREITO ENTENDIMENTO ACERCA DA POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO "PROVISÓRIA" DA PENA. PRECEDENTES DO STJ. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO OU DENEGAÇÃO DO WRIT".

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Isto porque verifico nas informações prestadas pelo Supremo tribunal Federal que a Em. Ministra Cármen Lúcia concedeu em parte a liminar *"para determinar ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro analise imediatamente a decretação de prisão e a sua coerência com o novo entendimento deste Supremo Tribunal, colocando-se o paciente em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, ou deverá deixar de ser expedido ou recolhido o mandado de prisão, se ainda não tiver sido cumprido, sempre considerando a prisão como início de execução provisória da pena pela qual condenado o paciente"* (fl 161).

Sob tal contexto, verifico que o presente **writ** perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, do RISTJ, julgo o presente **habeas corpus** prejudicado.

P. e I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator